



DL-01

Ses. Esp. 06/05/11

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial para discutir a concessão do sistema da rodovia BA-093 e BA-099 e dos trechos das BAs-512, 521, 524, 526 e 535, proposta pela deputada Luiza Maia e pelo deputado Luizinho Sobral.

Convido para compor a Mesa a nobre deputada Luiza Maia, proponente desta sessão.

(A plateia se manifesta com palmas e vaías.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Olhem, temos o Regimento Interno nesta Casa. E desde já eu quero falar aos companheiros e amigos que estão presentes a esta sessão e que compõem as Galerias Paulo Jackson que pode haver manifestações com palmas, mas não pode haver vaías aos proponentes de sessões e a nenhum dos outros senhores desta Assembleia.

Convido para também compor a Mesa o nobre deputado Luizinho Sobral, a deputada Maria Luiza Laudano, o Sr. Marcus Cavalcanti, chefe de gabinete da Secretaria de Infraestrutura, o Sr. Luiz Edmundo Campos, representante da reitora da UFBA, o Sr. Diretor Executivo da Agerba, Eduardo Pessôa, o Sr. Superintendente de Operações da Bahia Norte, Sr. Francisco Mendes, a Sr^a e o Sr. Representantes do Pedágio Livre, Kadja Grimaldi e José Raimundo Santos, o Sr. Representante do Fórum Popular Contra o Pedágio, Alan Silva, e o Sr. Representante do Movimento Diga Não ao Pedágio, Alan Barbosa. (Palmas!)

Dando sequência à sessão, quero aproveitar o ensejo e parabenizar a nossa querida amiga e aguerrida deputada Luiza Maia por esta iniciativa com o nobre companheiro deputado Luizinho Sobral, a quem primeiro vou passar a palavra. Logo após, à nobre deputada Luiza Maia. E depois passo a presidência à minha querida amiga deputada Maria Luiza Laudano, essa figura que sempre está aqui trabalhando conosco. Enfim, parabenizo a todos vocês por este evento. Esperamos que o povo que respira e aspira a que se concretizem



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

os nossos anseios possa também brevemente estar aqui comemorando em uma outra sessão especial porque os nossos objetivos foram alcançados.

Por motivo justo, passo a presidência à minha querida deputada Maria Luiza Laudano.



0776-I

Ses. Esp. 06 /05/11

Or. Luizinho Sobral

Discussão de concessão do sistema da rodovia Ba 093, Ba 099 e dos trechos das Ba 512, 521, 524, 526 e 535.

O Sr. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Convido para compor a Mesa o Sr. Fábio Pereira, representante do Fórum Popular contra Pedágios.

Quero, neste momento, desejar aos proponentes desta sessão e também a todos que nos honram com suas presenças felicidades, já que estamos num País democrático, com um governo republicano, temos o direito de dialogar respeitando as ideias de cada um.

Quero passar a palavra ao nobre deputado Luizinho Sobral, proponente desta sessão.

O Sr. LUIZINHO SOBRAL:- Bom-dia a todos. Agradeço a presença das senhoras e dos senhores aqui presentes.

Sabemos que esse problema dos pedágios é muito sério e vamos aqui debater com a população da Bahia, principalmente a população de Camaçari e cidades vizinhas.

(Lê) “Senhoras e senhores, a privatização das estradas tem sido um tema recorrente nos últimos dias em todo o Estado da Bahia, em especial na Região Metropolitana do Salvador e particularmente no município de Camaçari.

Camaçari, o mais afetado com a implantação das praças de pedágio, fato que tem suscitado manifestações diversa e contrárias por parte da população residente no município.

O impacto positivo das melhorias nas estruturas físicas das rodovias conflita diretamente com o impacto no orçamento dos cidadãos e abre severos questionamentos sobre a destinação e ampliação dos impostos pagos pela população.

Teóricos do Direito Tributário debatem se o pedágio é ou não uma forma de bitributação.



Pois, se nós cidadãos, pagamos o IPVA e a Cide, impostos que são revertidos ao Estado, este por sua vez tem a obrigação de construir e dar manutenção às rodovias e estradas, com o pedágio estamos pagando duas vezes pelo mesmo serviço.

Pagamos ao Estado através dos impostos e pagamos as concessionárias através das tarifas de pedágio para ter rodovias e trafegar por elas.

Se considerarmos que o Brasil tem a maior carga tributária do mundo e ainda assim o Estado não consegue cumprir com suas obrigações, temos a clareza que nós baianos estamos sendo aviltados com as privatizações das estradas.

Privatizações que possuem um conteúdo perverso. Estamos em um estado com um grande número de pessoas carentes, do Brasil. São pessoas afetadas diretamente pelos altos custos dos pedágios.

Para além das questões teóricas do Direito Tributário e desrespeito com a cobrança dos pedágios temos o cerco à Região Metropolitana de Salvador.

A implantação do sistema BA-093, a não duplicação e mudança da praça de pedágio da BA 099 são temas que hoje pretendemos discutir nesta sessão especial.

Apenas a título de exemplo: a concessionária CLN deveria ter concluído em 2008 a duplicação da BA-099 até o município de Mata de São João, mas até a presente data nada foi feito, sob o completo silêncio do governo do Estado.

Fazendo justiça, fomos estimulados a trazer para esta Casa Legislativa este debate por provocação da população e dos militantes do PTN...” – e também do PT – “(...) de Camaçari.

Os membros filiados e residentes no município de Camaçari disseram que o PTN não poderia ficar parado e silencioso diante dessa questão dos pedágios...”, tema que afeta toda a população daquela região.

“(...) E em Camaçari encontramos a voz forte da deputada Luiza Maia...” Ela, assim como eu, sempre brigou por isso desde o primeiro momento. Estamos aqui, deputada,



juntos, os parlamentares da região, de Salvador e da Bahia, lutando para melhorar a situação em que nos encontramos.

Senhoras e senhores, finalizo dizendo que estamos muito preocupados com a situação dessa região. Vamos lutar, vamos procurar alternativas para melhorar esse quadro. Como está não pode ficar.

Concluo dizendo que vamos brigar, vamos cobrar do governo do Estado e das concessionárias. Os prefeitos, os vereadores, enfim, todas as lideranças que realmente têm compromisso com Camaçari estão prontas para discutir essa questão, que é muito importante para a região.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



0777-I

Ses. Esp. 06/05/11

Or. Luiza Maia

Discussão de concessão do sistema da rodovia Ba 093, Ba 099 e dos trechos das Ba 512, 521, 524, 526 e 535.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Quero registrar a presença do ex-deputado Ferreira Ottomar e do deputado Carlos Geilson.

Com a palavra a deputada Luiza Maia, a outra proponente desta sessão.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Bom-dia a todos e a todas. Quero saudar a Mesa na pessoa da nossa presidente Maria Luiza; não vou citar o nome de todos porque o nosso tempo é limitado, mas quero saudar os representantes do governo e das empresas concessionárias. É uma satisfação tê-los aqui. Acho que precisamos aproveitar este momento para fazer alguns acordos em relação a essa questão do pedágio: são 11 anos nessa luta, já estou calejada, mas sempre temos o que discutir.

O pedágio está aí. Gosto sempre de registrar que perdi a batalha contra a implantação dessa cobrança. Em 2009, quando o governador Wagner lançou esse edital no Cofic, nós já alertávamos para que abrissemos a discussão, porque sabemos esse pedágio acarreta algumas dificuldades, alguns problemas, principalmente para as comunidades que estão no seu entorno.

Sou contra, em tese, o pedágio, mas perdi a batalha. Essa discussão nós travamos com o nosso governador, com o nosso secretário, mas eles disseram que o Estado não teria R\$ 1 bilhão para recuperar e manter as estradas baianas. E sabemos que é fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado, principalmente para a Região Metropolitana, termos rodovias em boas condições.

Quero registrar que contamos com a presença de um representante do Polo Petroquímico. É um prazer tê-lo aqui conosco.

Já vimos aqui, num primeiro momento, algumas manifestações. Sabemos que temos a presença de pessoas da Oposição, do governo e independentes, mas, como eu disse em Catu e na sessão que houve em Camaçari, quando, Sr^a Presidente, não se queria discutir



pedágio, queria baixar o sarrafo no governador, no prefeito e não se construiu nada, não houve consenso em nada.

Eu acho que aqui, como foi feito em Catu, a gente tem que ter maturidade de unir todos, independente de tendência política, de força política, de partido político. Todo mundo aqui está contra algumas questões do pedágio. Em tese, somos contra o pedágio, mas o pedágio está implantado, nós não vamos ter força para tirá-lo ou demolir essa ideia. Eu gosto de dizer sempre que a nossa luta é assim, eu sou uma militante política, eu luto contra o capitalismo, eu discordo da fome, das injustiças, do desemprego, das desigualdades, mas ainda não ganhei esta batalha.

Essa questão, eu estou falando isso, inclusive, porque sou da Bancada do governador, faço questão de dizer isso e de registrar o meu respeito, a minha consideração, o meu reconhecimento ao seu trabalho, mas, nesse ponto, nós temos divergências e discordâncias, e temos, na nossa base, que hoje a Bahia vive, a democracia. Alguns conservadores aí, da direita, acham estranho, me questionam, acham que eu estou fazendo jogo de cena, pelo fato de eu ser da Bancada do governador e ter uma posição contra o pedágio.

Então, isso não tem nenhum problema, não tem nenhum estresse, o debate, a discordância, a crítica, ela existe, precisa ser feita, nós acolhemos bem, respeitamos as opiniões divergentes, agora eu acho que nesse momento, como foi no momento, em Catu de Abrantes, nós temos que tomar medidas criar consensos, acordar aqui com as direções das concessionárias, com o deputado Luizinho Sobral, que também veio para essa luta nossa, o deputado Carlos Geilson que vai falar daqui a pouco também e já expressou, aqui desta Tribuna, o seu apoio a essa luta.

O que eu digo sempre, senhores e senhoras, é que o pedágio está aí e nós precisamos diminuir o impacto negativo para as pessoas que estão no entorno do pedágio. Isso é uma realidade, e nós aqui, desta tribuna, já fizemos esse debate, mais ou menos uns 5 ou 6 discursos sobre isso eu já fiz aqui, algumas medidas, vários projetos, a Imprensa, inclusive, tem me ajudado divulgando as nossas ações, as nossas proposições, aqui nesta Casa. E eu espero que esta sessão seja também importante, para que possamos sair daqui



mais fortalecidos para amenizar as dificuldades de quem fica no entorno, porque a pessoa que tem que sair da sua casa, voltar para a sua casa, sair para trabalhar, voltar do trabalho, comprar seu pão, levar seu filho na escola, fazer uma visita a sua família e ter que pagar pedágio 500 vezes, aí não dá certo. É nesse sentido que hoje queremos encaminhar esse debate, essa discussão.

Além disso, nós temos a questão da CLN, que é lá na Estrada do Coco, que é a não mudança da Praça do Pedágio, que hoje já nos aponta aí, em vários momentos, o representante da Agerba, o gestor do contrato falou para a gente, lá na audiência de Catu de Abrantes, que a praça não sairia mais, e hoje o governo, e a própria Bahia Norte estudam uma alternativa, que seria a construção da via expressa que liga CIA-Aeroporto à Estrada do Coco, que essa teria pedágio, e aí eu também não vejo nenhum problema, mas que a Estrada do Coco ficaria livre, manteríamos a praça ali, porque essa questão, senhores, principalmente os senhores representantes do governo e das concessionárias, é um direito conquistado.

Foram 11 anos a gente brigando com a CLN, a Bahia Norte tem tido uma postura que eu sempre elogio, de diálogo, temos dialogado, temos discutido, temos feito a pressão, temos ido para as pistas, fechamos a BA-093 duas vezes, paramos as obras junto com o movimento social, junto com a comunidade, mas chegamos a um acordo, chegamos a um diálogo com aquela comunidade, de Pitanga de Palmares, não sei se tem alguém representando aqui.

Quero registrar também a presença do vereador Orlando, a presença também do pessoal do Fone Táxi, a gente precisa agendar uma reunião com eles, com o pessoal da Bahia Norte. E chegamos a um consenso, o pessoal do entorno não vai pagar o pedágio, empregaram as pessoas dali, e além da isenção hoje estão implantando alguns projetos junto à comunidade para também ajudar a diminuir o impacto financeiro, porque é uma contradição muito grande. O impacto é grande, positivamente para os cofres da empresa que ganhou a concessão e muito ruim para o orçamento das famílias que vivem principalmente no entorno, porque quem passa uma vez na semana, uma vez ou outra, menos mal.



A questão do pedágio nas BR's, o meu querido deputado Luizinho tratou aqui, é uma estrada, não é uma via urbana, igual à Estrada do Coco, igual a algumas pistas ali, do sistema BA-093.

Então, tudo isso eu estou falando porque além dos projetos da carta horária, porque aí nós colocamos 10 horas, se você passou e não precisa pagar de novo, porque tem um pedágio, passa mais 30 quilômetros daqui a pouco tem outro. Então, essa questão da carta-horário, entrei com duas proposições aqui, uma indicação que já foi aprovada, já está encaminhada para o governador e também a questão do desconto no IPVA que, para nossa surpresa, também, ontem, o deputado Luciano Simões fez uma proposição nesta Casa, e estou pedindo, inclusive, para anexar ao nosso projeto, porque já tinha dado entrada aqui na Casa, está tramitando nas comissões.

São duas indicações, a carta-horário e o desconto no IPVA de 30% do valor que você pagar do pedágio e transformamos em dois projetos de lei, que têm uma força maior, mas que têm um prazo maior para tramitar, porque as indicações foram aprovadas na Mesa Diretora, para aprofundarmos esta discussão e este debate.

Além disso, estamos pedindo também, a minha assessoria deve ter dado entrada, hoje, na Mesa Diretora da Casa, pedindo para equiparar o preço da CLN com o preço da Bahia Norte. Não tem nenhuma justificativa, principalmente, porque a Estrada do Coco, a BA 099 é uma via urbana. Ali eram comunidades integradas que foram desintegradas ou desestruturadas pela forma que a CLN implantou o pedágio.

Só para dar um exemplo para vocês, Catu e Sucupió, Vila de Abrantes cortou ali aquela área toda do outro lado, Colônia Bovião, Arembepe, Fonte das Águas, Coqueiro de Arembepe, Jacuípe de um lado e de outro, Monte Gordo e Barra de Pojuca, Itacimirim e Barra de Pojuca. Então, eram comunidades integradas, a escola estava de um lado, o posto médico de outro, a praia.

Então, aquelas famílias eram uma comunidade integrada, e isso foi quebrado quando a CLN meteu uma estrada e colocou um retorno lá na casa do chapéu, como dizia meu pai, dificultando a vida das pessoas. Mas, como estava dizendo, é uma via urbana, e qual é a justificativa que tem a CLN cobrar 4,60 reais de pedágio durante a semana e 6,90



reais durante os finais de semana? Parece que durante os finais de semana a pista melhora.

Portanto, estamos também com uma proposição nesta Casa, pedindo que equiparem o pedágio da CLN ao da Bahia Norte, de 2,60 reais, para quem está no entorno. Eu já acho que não é uma coisa fácil. Imaginem vocês saírem de suas casas e terem que pagar um pedágio caro daquela forma e, se vocês passarem dois minutos, depois, se vocês voltarem, têm que pagar. Então, a questão da CLN, é diminuir esse preço. Não podemos, senhores representantes do governo e das concessionárias, aceitar, não poderíamos, melhor dizendo, porque hoje, já temos um alívio de que a CLN não vai transferir a praça, não poderíamos aceitar a mudança daquela praça, porque aquilo ali foi uma conquista, é um direito que conquistamos com muita luta, com muita dificuldade e foram 11 anos. Está aqui o Movimento Pedágio Livre, porque o movimento Diga Não ao Pedágio começou agora.

São pessoas que fizeram seus empreendimentos antes do pedágio, divulgaram, sou testemunha de que em vários momentos eles colocaram nas suas propagandas que seus empreendimentos existiam antes do pedágio. Quando dividiram nosso município, desqualificaram, descaracterizaram uma parte do município e, naquele momento, não tivemos força, porque estávamos na oposição, para impedir que o pedágio fosse colocado ali, pedíamos que colocassem nos limites de Lauro de Freitas ou de Mata de São João.

Infelizmente, o prefeito da época não teve a coragem que o prefeito de Caetano teve, de quebrar as muretas que eles botaram nas vias alternativas, que não são vias alternativas construídas agora, eram pistas, vias seculares naquele município e que a se CLN achou no direito de trancar tudo e nós, do Movimento Pedágio Livre, está aqui uma porção de pessoas, somos testemunhas de que duas, três horas da manhã, várias vezes fomos lá quebrar e abrir a pista, porque achávamos que aquilo era cercear o nosso direito de circular dentro do nosso município sem ter que pagar o pedágio.

Então, a questão da CLN é uma questão muito mais complicada. Aquilo ali é um direito adquirido. Temos, hoje, 4 vias. Você paga pedágio circulando na Estrada do Coco se você quiser. Você anda um pouquinho mais, pega Buris de Abrantes e sai dentro de Jauá, retorna em frente à praça do pedágio e entra por Cajazeiras e sai dentro da Cascalheira e aí você também não paga. Quando você vem no sentido Arembepe, sentido Lauro de Freitas



você tem a Várzea Grande, atravessa a Cascalheira com muito cuidado, pega o Loteamento Las Palmas e sai depois da praça do pedágio.

Então, hoje temos como circular. Pagamos quando queremos, quando podemos. Mas, da forma como foi feita ali, a CLN entrou no município de Camaçari, desrespeitando as leis municipais como se fossem donos do nosso município.

Enfrentamos com muita luta, com porrada de polícia, com cachorros, com prisão, mas ganhamos a batalha.

Está na Justiça, em Brasília, eles recorreram, ganhamos na primeira instância, ganhamos aqui no Tribunal de Justiça, e está lá para ser julgado.

Quero, inclusive, pedir o apoio a todos aqui para que fiquemos atentos acompanhando essa questão, porque a CLN não pode retirar um direito do povo de Camaçari que é de circular pelo menos dentro do seu município sem ter que pagar o pedágio.

Então, essa questão com a CLN é uma complicação, porque queremos é que a praça permaneça lá, porque pagaremos se quisermos.

Esta questão de Catu de Abrantes, também. Aqui estão presentes os representantes do governo e das concessionárias, que eu gostaria que esclarecessem, porque o decreto nº 12.000 está ali e estamos querendo a sua revogação, não sei se conseguiremos revogá-lo, o que sei é que este está garantido pelo governador, pelo secretário de Infraestrutura, Otto Alencar, o gestor do contrato, Sílvio Delgado, que esteve na nossa audiência, em Catu de Abrantes, e Catu não será desapropriado.

Então, era uma ansiedade, uma agonia. Divulgaram isso incorretamente dentro da comunidade, para ajudar a comunidade a se mobilizar ir para a pista, porque as pessoas que estavam comandando aquele movimento não tinham história de movimento social, não tinham base social nem popular para estar na pista, e a comunidade se rebelou. Acho que não ganhamos nada. Vocês viram a reação quando chamaram o meu nome, porque são pessoas que politicamente hoje estão contra nós.

A democracia existe, e não vejo nada de mais. Não acho que haja necessidade, porque a lei do Regimento Interno não precisa vaiar ninguém, mas discordar, debater, manifestar o nosso repúdio, não vejo nenhum problema na questão política.



Agora, nesses momentos, todos nós precisamos estar unidos, todos que estão contra a desapropriação de Catu. Aguardaremos aqui a fala dos representantes do governo informando que em nenhum momento, mesmo com o decreto, Catu estava fora. Foi isso que o secretário ontem me mostrou e o chefe-de-gabinete, Dr. Marcus, que está aqui presente, que Catu não seria desapropriada em nenhum momento, mesmo se o projeto inicial fosse mantido como era, descer a praça aos limites do Rio Joanes.

Então, quero que a comunidade de Catu fique tranquila, durma em paz, e vamos continuar a nossa luta. Como digo que o pedágio está aí, queremos a carta horária, o desconto no IPVA, as vias alternativas onde for possível, a permanência da praça da Estrada do Coco, a equiparação do preço da CLN com o preço da Bahia Norte.

O recibo que eles nos dão na cabine não tem o número do veículo. Se for aprovado nesta Casa, será, porque já vi a simpatia de todos os meus pares, mas se o governador sancionar, o recibo da CLN não tem a placa do veículo, e precisaremos pedir que coloquem no sistema, porque como podemos juntar os nossos *tickets*, o nosso recibo, que acho que é muito mais garantido para que no final, quando formos pagar o IPVA, termos lá o valor que pagamos .

Então, essa também é uma solicitação, estou fazendo outra proposição e temos também uma outra solicitação, principalmente, senhores, para a Via Parafuso, porque só taparam os buracos e construíram a praça e neste local foi desativado um posto policial, que era importante para o nosso município. O companheiro Ferreira está aqui e sabe quantos caçambeiros passam por ali levando clandestinamente, pela madrugada, areia, arenoso, destruindo o nosso município. É outro apelo que quero fazer a esta Casa e a essa comunidade: fiscalizem e não permitam que isso continue acontecendo. Tiraram o nosso posto policial e no lugar colocaram a praça, mas o posto policial precisa retornar para a Via Parafuso.

Então, esta foi a minha fala no primeiro momento, e se tiver oportunidade de debater, questionar, fazer alguns perguntas, também, estamos à disposição, no que estiver ao nosso alcance, dentro da nossa criatividade, do nosso esforço de luta, para que realmente amenizemos o sofrimento financeiro dos moradores que estão no entorno. Nós faremos sem



estresse e sem problemas, e não é jogo de cena. O nosso governador é democrático. Essa é a dinâmica da democracia na prática existindo hoje na Bahia. Sei que quem viveu embaixo do carlismo e dos governos autoritários acha estranho, mas eu não tenho medo de lutar.

Acho que precisamos ter respeito, precisamos ter inteligência, para unificar todos os nossos movimentos. São 3 movimentos hoje, senhores, em Camaçari contra o pedágio. E tem mais, já conquistamos junto a Bahia Norte a isenção - está aqui Orlando que não me deixa mentir- para a comunidade de Pitanga de Palmares, de Dandá, de Palmares. Conseguimos que eles empregassem, inclusive, os moradores daquela comunidade, além dos projetos que eles estão implantando lá. Também conquistamos a isenção - está aqui o Ferreira Júnior que não nos deixa mentir- para os moto-taxistas que vivem daquele trabalho. Terem que tirar R2,60 da sua viagem para pagar o pedágio também era um pouco exorbitante.

Estamos pedindo a isenção para os feirantes de Camaçari. E o que a sociedade, o que a comunidade nos solicitar estamos aqui para fazer a disputa, para fazer a pressão, se for necessário voltar as pistas, que acho que hoje não precisa mais, já passamos algumas horas, a manhã inteira ali na estrada, eu sei que é um incômodo, as pessoas que estão viajando se chateiam porque, às vezes, engarrafa até aqui Salvador. Mas tudo é permitido na hora em que a gente quer assegurar os nossos direitos.

Então era isso que eu queria dizer a vocês. Quero agradecer ao nosso colega Luizinho que aceitou fazermos essa sessão conjunta já que era o mesmo tema, aos meus pares que estão aqui presentes e a toda população. De forma muito especial, quero agradecer a mídia que tem acompanhado esse trabalho nosso, tem dado divulgação para que tenha repercussão e para que sensibilizemos as concessionárias, o nosso secretário, o nosso governador e toda sociedade. Porque já que o pedágio está aí, já que eu perdi a luta, vamos amenizar a vida e o sofrimento financeiro de quem vive no entorno.

Um grande abraço e bom dia. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



0778-I

Ses. Esp. 06/05/11

Or. Maria Luiza Laudano

Discussão de concessão do sistema da rodovia Ba 093, Ba 099 e dos trechos das Ba 512, 521, 524, 526 e 535.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Quero registrar a presença dos deputados Carlos Geilson e Bruno Reis.

Passo a presidência desta sessão ao colega Luizinho para que eu possa fazer uso da palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Luizinho Sobral):- Concedo a palavra a deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente desta sessão deputado Luizinho Sobral, deputada Luiza Maia proponente também desta sessão, quero saudar a Mesa na pessoa do Sr. Marcus Cavalcanti, chefe de gabinete do secretário Otto Alencar, que hoje representa o nosso secretário que por motivos superiores não pôde estar presente. Quero saudar também o Francisco Mendes que está nessa demanda conosco para defender os direitos da nossa comunidade. Saudando-o, saúdo toda a Mesa.

Quero saudar a Sr^a Gersa Laudano, prefeita de Pojuca;(Palmas)a vereadora Leila. Saudando V.Ex^a saúdo os demais vereadores do município de Pojuca. Vejo todos aqui integrados. Não sei até se tivesse, deputada Luiza Maia e deputado Luizinho Sobral, de reunir a Câmara de Vereadores aqui já estariam todos para fazer a defesa dos nossos transeuntes.

Saúdo as autoridades aqui presentes, os assessores da prefeita Gersa Laudano que estão todos aqui, os movimentos sociais. Como eu disse, esta é uma Casa democrática, é a Casa do Povo. E estamos aqui para defender os direitos da nossa comunidade.

Somos ligados ao governador do Estado, aos secretários, mas não podemos deixar de aqui representar a nossa comunidade que nos outorgou, que confiou em todos nós para aqui bem representá-los. E se a nossa comunidade sofre, sem dúvida alguma, estamos coesos com eles, junto deles, para defender o direito de ir e vir que pertence a eles.



E aqui eu quero falar sobre o pedágio de Pojuca, abraçando todos os pedágios. Mas queria, deputada Luiza Maia, também aqui falar sobre a Praça de Pedágio do município de Mata de São João e Simões Filho.

Pasmem, senhores e senhoras! Nós estamos a 37 kms do pedágio de Mata de São João para o pedágio de Simões Filho. Eu faço de Pojuca até o pedágio de Simões Filho em 40 minutos. Lá, o que temos de benfeitoria na estrada da BA 093? O tapa-buracos, temos a sinalização, o transporte para socorrer o carro que quebra ou acidente, ambulância, pintura das pontes, mas não temos a duplicidade da rodovia. É muito pouco para se cobrar, meus queridos deputados! Essa briga não é de Luiza Maia nem de Luizinho Sobral, é de todos nós deputados que representam aqui o nosso povo.

Nós pagamos R\$ 2,60, pasmem, no pedágio de Mata de São João, que fica a 500 metros de Pojuca. Quando chegamos em Simões Filho, pagamos mais R\$ 2,60. Então, são R\$ 5,20 para ir e R\$ 5,20 para voltar; no caso, são R\$ 10,40. R\$ 10,40 sobre os dias úteis, que são 5 dias, vai para R\$ 62,40. Em quatro semanas, nós vamos para R\$ 249,60. Pasmem, os senhores, onde está realmente a consciência com todo o apoio, toda a amizade que tenho, qual o benefício que se cria para as estradas?

Mas nós temos que pensar que um estudante que não tem dormitório em Salvador, trabalha nos municípios de Pojuca, Araçás, Catu, Itanagra, Cardeal da Silva, o Recôncavo, quem não quer ir por São Sebastião, e o que acontece? Ele paga faculdade, paga uma despesa dessa e tem as despesas do carro. E não pode mais fazer o que é prioridade do governo do Estado, que é a educação.

Nós estamos aqui, sim, pedindo que seja comparado a BR 324; Feira de Santana, deputado Carlos Geilson, que vocês pagam R\$ 1,60, tem duplicidade, é pista dupla, foram feitas várias obras, ou que pelo menos, meu querido Francisco Mendes, se diminua a tarifa. Se você pagar o pedágio de Mata de São João, que não pague no de Simões Filho; se pagar no de Simões Filho de volta, não pague no de Mata de São João, para que a nossa comunidade possa ter o direito de poder fazer uma economia.

Eu viajo e encontro nas estradas, meus senhores e minhas senhoras, as pessoas que usam aqueles carrinhos já velhos, usados, com frutas e verduras ali dentro, saindo dos nossos



agricultores que vêm de Pojuca, que vêm de outra região para vender na Ceasa ou na Feira de São Joaquim. Se for vender na Ceasa são três pedágios; se for vender na Feira de São Joaquim são dois pedágios. O que essa pessoa vai fazer? Claro que ela vai repassar a despesa para a verdura e a fruta que vende para o consumidor. E onde está a defesa do consumidor? (Palmas)

Não é possível! Nós somos governo? Somos. Estamos coesos com o governo? Estamos. Mas quem colocou o governo para governar o Estado da Bahia foi o povo. Quem elegeu deputados, vereadores, prefeitos foi o povo. Nós todos, governo, povo, prefeito, estamos juntos na defesa dessa comunidade que grita para esta Casa, pedindo providências a todos os deputados para que possamos dar as mãos e nos reunirmos com a população do Litoral Norte e de outras áreas com pedágios.

Quando vinha para cá no meu carro ouvi pelo rádio uma mensagem de que está sendo construído um outro pedágio, pasmem, perto de Aratu – são 9 quilômetros e 800 metros, não chega a 10 quilômetros –, e será o terceiro pedágio.

Então, o que queria dizer é isso: após esta reunião outras virão. Vamos procurar o secretário de Infraestrutura, com quem temos uma amizade muito grande, o vice-governador e amigo, Dr. Otto Alencar, que aqui está muito bem representado por Marcus Cavalcante, e, sem dúvida alguma, pediremos outras reuniões com o governador para discutirmos.

Estão-me lembrando, aqui, dos mototaxistas.

Prestem bem atenção, quero falar de Mata de São João. Há um lugarejo, logo após o pedágio, que se chama Sobe e Desce, é uma comunidade com, mais ou menos, 300 pessoas. O povo de lá é assistido pelo Município de Pojuca, porque está a uns 700 metros desse município e a quase 4 quilômetros da sede de Mata de São João. Os mototaxistas levam e trazem de volta as pessoas, passando pelo pedágio diversas vezes. É incalculável o número de vezes. Quanto isso custa para esses profissionais?

Então, o que queremos é pedir a Dr. Marcus que leve a nossa preocupação para o secretário, para o vice-governador em busca de uma solução. Acho que a solução mais viável é diminuir a tarifa para R\$ 1,60 ou só pagar o pedágio uma vez, em vez de duas, três, quatro



vezes, apresentando aquele tíquete que nem registra, como disse a deputada Luiza Maia, a placa de carro. Precisamos dialogar sobre esse problema.

Muito obrigado a todos e a todas. (Palmas)

Espero que esta sessão seja democrática, que os ânimos não se acirrem, porque estamos aqui irmanados com todos vocês. Eu não estou aqui com delegação de poderes de meus colegas, mas outro colega vai assumir essa tribuna, que é o Carlos Geilson, com certeza. Não, é Carlos Geilson? E estamos aqui, acredito que todos os 63 deputados, imbuídos para que nos irmanemos em benefício de todos aqueles que representamos nesta Casa.

Muito obrigada a todos.

(Não foi revisto pela oradora.)



0779-I

Ses. Esp. 06/05/11

Or. Carlos Geilson

Discussão de concessão do sistema da rodovia Ba 093, Ba 099 e dos trechos das Ba 512, 521, 524, 526 e 535.

O Sr. PRESIDENTE (Luizinho Sobral):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson, do PTN.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, convidados, amigos das Galerias, amigos do Plenário, colegas da imprensa, esta é a Casa do Povo. Realmente esta Assembleia precisa de sessões como esta para trazer o povo ao seu ambiente, ao seu Plenário, às suas dependências.

O tema do meu pronunciamento é contradição. A deputada Maria Luiza Laudano disse que temos de estar irmanados com o governo. Estou fora. Não vou me irmanar com quem quer massacrar o povo; estou irmanado com quem está a favor do povo. Aí, sim, estarei de mãos dadas nessa luta. (Palmas)

A deputada falou de defesa do consumidor. Mas quem foi que estabeleceu os pedágios na Bahia? Inicialmente, a Linha Verde foi, justamente, motivo de cavalo de batalha, de protestos, porque foi proposto por um governo carlista. Quem era o timoneiro daqueles protestos? O atual governador da Bahia, Jaques Wagner. Será que vocês esqueceram disso? Será que se esqueceram de que o governador Jaques Wagner, em Brasília, fez um pronunciamento dizendo que quem morava em Camaçari tinha de pagar pedágio para ir a escola ou até à padaria? Pois é, mas foi ele mesmo quem ilhou Salvador, quem “pedageou” as estradas que dão acesso a esta capital. (Palmas)

Ora, aqui se fala em governo republicano. Que governo republicano é esse, deputada Luiza Maia, que passa o trator em cima do povo? (Palmas) Que agora os deputados governistas estão reivindicando que se dê um doce, um bombom ao povo com essa ou aquela concessão.

Não ouviu o povo. Usou as mesmas práticas condenadas no passado, aquelas que eram consideradas condenáveis, que eram bandeiras de luta do Partido dos Trabalhadores



quando exercidas por governos carlista. Só que o carlismo está presente neste governo, porque o atual secretário de Infraestrutura era carlista de carteirinha. A senhora se esqueceu disso, deputada? (Palmas)

Não, eu não esqueci disso. Portanto não vamos remeter à história do carlismo, porque hoje se comete práticas muito mais nocivas do que se cometeu no passado.

Hoje, quem chega a Salvador não tem escape, não tem como se livrar. E se não for por terra, é por mar, na medida em que você tem de pagar o *ferry boat* para chegar a esta cidade. Enfim, não há opção.

Este é o governo da contradição. E é por isso que não estou irmanado com o governo. Mas estou irmanado com o cidadão que sofre, que tem de pagar pedágio.

Há uma praça sendo sendo construída ali no CIA; e 9 quilômetros adiante, na Via Parafuso, existe outra praça de pedágio.

Isso é sufocar o povo, é esfolar o povo baiano.

Ora, para que V. Ex^a, deputada Luiza Maia, tenha uma ideia e os amigos, Sr. Representante do Secretário e Representante do governo, a Bahia é o único estado do Nordeste com estradas pedagiadas. É ou não é verdade? É o único estado do Nordeste!

Ora, a deputada Luiza Maia disse que o governador Wagner falou que precisava de 1 bilhão para recuperar as estradas. Ora, só precisa de dinheiro para recuperar as estradas da Bahia? E os outros estados do Nordeste? Fora da Bahia, deputada Luiza Maia, tem uma ponte no Ceará, do rio Ceará, que custa R\$ 2,00 para veículos e R\$ 1,00 para motos.

Eu vou falar o tempo que foi concedido para Luiza Maia e para Maria Luiza Laudano (Palmas). Aqui estou na minha Casa. Não cheguei por favor, não. Não cheguei a esta Casa por favor, nem favor de governador, nem favor de secretário. Não tenho patrono e nem padrinho. A deputada Luiza Maia falou 20 minutos (Palmas). Eu contei, deputada. Para ser mais preciso, V.Ex^a falou 19 minutos. Quero os mesmos 19 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Luizinho Sobral):- Fique à vontade, Sr. Deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Eu vou falar no tempo.

Outra questão, essa empresa Via Bahia é uma lástima. O seu representante deveria nem comparecer a esta sessão, se é que ele está aqui, porque existem trechos que estão



totalmente esburacados. E se duvidar, convido-o agora para irmos à BR, veremos o trecho Feira-Salvador está totalmente esburacado depois da praça do pedágio. E outra questão, não vamos dizer porque é um e sessenta, que não é verdade. Está-se construindo uma outra praça, 50 quilômetros depois, em que se cobrará mais um e sessenta, então serão R\$ 3,20. E este não é um valor pequeno, não. Quero-lhe informar que o custo nas estradas baianas é um dos mais caros do país. Eu fiz uma pesquisa e estou com recibos. Não vim para esta sessão, simplesmente, para falar ou jogar palavras ao vento. Fiz uma pesquisa.

Um caminhão paga R\$ 8,30 na BR-324. O mesmo automóvel na Autopista Régis Bittencout, BR-116 paga R\$ 4,50; na Autopista Fernão Dias, o mesmo veículo, BR-381, o preço é de R\$ 3,30; na Autopista Litoral Sul, BR-101, no Paraná, o preço é R\$ 3,60. Então, vamos deixar cair a máscara que aqui o pedágio é mais barato do que nos outros locais. Não é verdade. O pedágio aqui é caro, sim, senhor!

Não temos só problemas na BR-324, não. Temos na 116- Sul. O governador não pegou a BR, porque ele anda de helicóptero, ele anda por cima. Agora, quem pegou a BR-324 no feriadão, pegou um engarrafamento de 70 quilômetros e só tinha uma praça de pedágio que engarrafou. Imaginem os senhores que dentro em breve teremos duas praças de pedágio. Em épocas de grande movimento, ficará praticamente impossível trafegar na BR-324.

Então, precisamos aqui estabelecer as verdades. Não devemos só lutar para pedir ao governo que dê uma bonificaçãozinha, que dê um abatimentozinho, temos que mostrar a nossa indignação, que caiu por terra o argumento que este é um governo republicano. Não é republicano. Este governo passou por cima de todos nós e ilhou Salvador, deputada Luiza Maia. Em Salvador, hoje, você não tem acesso se não pagar pedágio. É algo inaceitável para o cidadão.

E aqui fica o meu protesto, minha insatisfação. Dizer o seguinte: ora, vamos parar também com essa conversa de herança maldita. Já ouvimos aqui vários deputados dizerem: “Ah! Wagner encontrou a Bahia assim; Wagner encontrou a Bahia assado; isso é herança de governos passados”.



Ora, o povo da Bahia estabeleceu o outro governo a comandar o destino porque estava insatisfeito com quem governou a Bahia por muitos anos. Mas este governo comete os mesmo atos até então condenados e condenáveis. Pior, faço questão de deixar bem claro, antes de encerrar minha fala, que a Linha Verde, por exemplo, foi o motivo por que tudo começou, e é verdade. Na Linha Verde foi o primeiro pedágio na Bahia. Quem estabeleceu? Um governo carlista. Quem estava à frente daquela luta? Jaques Wagner, Luiz Caetano, Luiza Maia, que estavam certos, eles estavam defendendo o povo. Mas agora a bandeira é outra.

Vi o esforço da deputada Mara Luiza Laudano, se queixando que tem isso, tem aquilo. Deputada, a culpa é do governador Wagner. A senhora esqueceu disso? A culpa não é dos deputados, não. A culpa não é dos prefeitos nem dos vereadores. A culpa é do governo que estabeleceu, que pedageou as estradas e não nos deu nenhum acesso para reclamar. Simplesmente, num ato autoritário, vendeu as estradas. Alguém ganhou dinheiro. (Palmas!) A senhora acha que não houve contrapartida? Houve contrapartida. Essa contrapartida só não chegou para o povo. Sei que não chegou para a senhora, mas para o povo também não chegou. Para quem chegou, não sei.

Esse dinheiro das vendas das estradas está sendo investido onde? Na BR 324 só vemos, simplesmente, algumas máquinas roçando durante o dia, atrapalhando e engarrafando o trânsito.

Quem mais falou de privatização e mais a criticou neste País? Então, caiu por terra a bandeira de luta do Partido dos Trabalhadores. Na bandeira de luta, Fernando Henrique é o cão, é o Satanás, está vendendo tudo, e vendeu.

Sr. Representante do governo, o senhor está dando risada porque o senhor, como os outros, usa de bazófia e desfaçatez com o povo. (Palmas!) É por isso que o senhor dá risada, está de barriga cheia, então faz gozação, dá risada. Não venha para esta Casa, que é a nossa Casa, dar risada, tripudiar do povo, usando desfaçatez. Peço respeito a este deputado que está usando a tribuna. (Palmas!) Se o senhor tem argumentos e não vier com aqueles velhos chavões, argumentos velhos e ultrapassados, terá direito a fazer uso desta, aqui, nesta Casa. O senhor veio da escola carlista, veio daquela escola que foi tão combatida! Ou não foi? A



escola que, para os senhores do passado, massacravam o povo. Então, só mudou de mãos, porque o massacre continua o mesmo.

Dou-me por satisfeito, fica aqui o meu protesto, fica aqui a minha indignação, a minha insatisfação. Esta é a Casa do povo, é a Casa do contraditório, é a Casa da pluralidade de ideias, respeitamos todos que pensam de forma diferente.

Não aceito que digam que estamos irmanados com este governo porque não estamos irmanados com quem massacra, com quem pisa, principalmente nos mais humildes e mais fracos deste Estado.

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



0780-I

Ses. Esp. 06/05/11

Or. Bruno Reis

Discussão de concessão do sistema da rodovia Ba 093, Ba 099 e dos trechos das Ba 512, 521, 524, 526 e 535.

O Sr. PRESIDENTE (Luizinho Sobral):- Quero registrar as presenças dos vereadores Alemão, de Salvador, Edmar Farias, presidente da Câmara de Pojuca, Orlando de Souza, de Simões Filho, José Sena, vereador de Pojuca; de Leila Guimarães, vereadora de Pojuca; de Gersa Laudano, prefeita de Pojuca; de Cássio, diretor da AGERBA; de Luiz Martins do DERBA; de Milton Santos, presidente da Associação Nova Jerusalém; de Cleber Alves, vereador do PT de Camaçari; de Edmilson Santos, diretor-presidente do Instituto de Seguridade Social do Município (ISSM); de Cristiane Costa, vereadora de Pojuca; de Antônio Bastos, vereador de Pojuca; de José Júnior, da Associação de Mototaxistas de Camaçari; e de Antônio Filho, representando a OAB.

Concedo a palavra ao deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas presentes, integrantes da Mesa Diretora, todos que, hoje, nos dão a honra de participar desta discussão tão importante para a sociedade baiana, quero saudar os presentes nas Galerias, toda a Mesa deste evento e a todos que nos veem e nos ouvem através da TV Assembleia. Minhas primeiras palavras são para abordar alguns aspectos técnicos que tenho visto, tanto por meio da imprensa, quanto através de pessoas que tem procurado o nosso gabinete para colocar algumas questões que geram inquietações e naturalmente algumas dúvidas.

Primeiro, em relação a forma como está sendo implantado. O que verificamos é que, antes mesmo da realização de uma grande obra de duplicação, de ampliação das rodovias ou de melhoramento significativo, a grande obra é a instalação da praça de pedágio. A praça que cobrará os valores de todos nós cidadãos ao transitarmos por estas vias. Por que isso? Por que não é feito o melhoramento primeiro para depois cobrar da população? E aí fazem ações pírias, tais como: limpar o canteiro central e fazer um tapa-buraco que com uma



simples chuva dissolve - as rodovias já estão todas esburacadas – e começam a cobrar da população.

Ora, meus senhores e minhas senhoras, fica muito fácil fazer obras com recursos nossos! Depois que estamos pagando é que fazem os melhoramentos! Está errado! Está errado na forma! O governo já larga na saída de forma equivocada. Esse é o primeiro aspecto que queria levantar. O Segundo aspecto é a questão do preço. Como é que pode ter valores menores para trechos maiores e com rodovias e condições de funcionamento melhores? Em outros trechos com deslocamentos menores temos preços maiores! Quero ouvir a explicação dos membros do governo e das respectivas concessionárias.

Outra questão que devemos abordar é a proximidade das praças. Proximidade já revelada pelos deputados que nos antecederam. Daqui para Feira de Santana pagamos 2 pedágios, sendo que a distância entre um e outro é de pouco mais de 40 Km. Não vou falar daqui para Pojuca, que pode chegar até a 3 pedágios e daqui para Camaçari, a depender de onde se vai, irá pagar 2 ou 3 pedágios. Como foi colocado aqui, distancias inferiores a 10Km. Então, está errado. Outra questão que queria abordar é a inexistência das vias alternativas. Está na lei. Para se cobrar o pedágio tem que existir vias alternativas. (Palmas) Mas não tem vias alternativas na maioria ou em 100% dos casos que vamos debater hoje nesta Casa.

Outra coisa que quero abordar aqui é que nós evidenciamos no fim de semana da Semana Santa, a dificuldade para sair da cidade. Hoje, antes de vir para cá estava em audiência na Sucon, conversando com o secretário municipal, ele me disse que para chegar em Feira de Santana demorou 6 horas. Saiu daqui às 6h da manhã e chegou em Vitória da Conquista quase 9h da noite. O São João vem aí e nós não vamos conseguir sair de Salvador, porque com uma praça de pedágio só já foi um caos, que visualizamos, imaginem com duas praças. Então, precisamos de uma solução, até porque o São João já está aí.

Outra questão que evidenciamos, no caso específico para quem vai para Camaçari, para se instalar a praça do pedágio, retiraram o posto da Polícia Militar, a balança, a unidade dos anjos da vida, ou seja, todos esses instrumentos funcionavam para dar segurança a quem trafegava nas vias, para possibilitar que pudéssemos chegar ao nosso destino com



tranquilidade e uma segurança maior. Então, esses são os questionamentos técnicos que eu gostaria de fazer nas minhas primeiras palavras.

Mas, muito bem, minhas amigas e meus amigos, como sou político não poderia deixar de fazer questionamentos políticos, porque às vezes a gente fica se perguntando, meu Deus do céu, é tanta, desculpem-me o termo, desfaçatez e incoerência política, discurso de conveniência e de oportunidade. Sempre foi essa a prática do PT. E hoje, que está no governo, estamos vendo que era somente balela, discursos ao vento. (Palmas)

O PT, quando foi implantado o pedágio da Linha Verde, o atual governador Jaques Wagner, encambado com o atual prefeito de Camaçari e com seus liderados iam para as ruas fazer manifestação, iam para a Justiça. Por que não vão para a Justiça agora? É fácil assomar à tribuna desta Casa e vir com discurso de que é contra o pedágio, mas porque não fazem as práticas do passado? É porque têm medo do governador?

Se eu fosse deputado liderado do governador e discordasse de alguma ação dele, iria sim, recorrer a todos os mecanismos que o Estado democrático e republicano nos possibilita. Se fosse contra aos anseios de colocar o pedágio não tinha concedido alvará para a construção de obra no seu município. Se eu fosse prefeito da cidade e se quisessem instalar um pedágio, e eu fosse contra não daria alvará. Não era fácil?

No passado, para chegar ao poder, soube aproveitar das pessoas que iam sofrer. Mobilizaram e agora ficam com o discurso da conveniência. Para fora é contra. Sabemos que o atual prefeito de Camaçari foi coordenador da campanha de Jaques Wagner, é presidente da UPB e espalha aos quatro cantos da Bahia e do Brasil que é pré-candidato a governador, porque é o candidato do governador Jaques Wagner.

Ora! Será que esse homem não tinha, pelo menos, condição de pedir ao governador que poupasse Camaçari dos pedágios? Antes, era um pedágio, agora, são 5 pedágios. Camaçari está sitiada, assim como Salvador. Ninguém consegue chegar ou sair de Camaçari sem pagar pedágio.

Tinha intenção sim. Pode até mudar a intenção por causa do movimento de vocês. Mas a praça de pedágio viria sim para o rio Joanes. Não veio graças a vocês. Se a população não tivesse se mobilizado e organizado, iria cobrar sim. Agora, pode dizer que nunca teve a



intenção, que desistiu, que era conversa. Isso surgiu de onde? Fomos nós que inventamos? Foram vocês que inventaram?

E, para finalizar, minhas amigas e meus amigos, nobre deputada Luiza Maia, pelo menos uma coisa eu tenho que reconhecer em V.Ex^a é uma mulher de coragem. Agora, deputada, não adianta jogo de cena, porque o povo não é besta. O povo não perdoa traição e vocês estão pagando com traição a quem sempre deu a mãos a todos vocês. Não adianta vir para esta Casa propôr factoides, fazer jogo de mídia.

Estão ali carta-horário, desconto de IPV, esta semana saiu no jornal que havia sido aprovado, na sessão do dia 4 de maio. Eu falei: “Só se for numa sessão espírita, porque essa sessão não ocorreu na Assembleia.” Foi proposto um projeto de lei aprovado por mim, pelo deputado Carlos Geilson, e por todos os deputados de Oposição, mas infelizmente não vai prosperar nesta Casa. Temos que ser realistas. Não adianta mentir para vocês, porque primeiro não é de interesse do governo; segundo é inconstitucional, se bem que aprovaram a reforma administrativa para criar cargos, fazendo um verdadeiro tem da alegria; poderia aprovar esta lei que favorecia a todos.

Mas não adianta, deputada, sinto muito lhe avisar a senhora não vai conseguir enganar a população. Não adianta, na política e na vida nós temos que ter lado; ter posição; ou somos a favor ou somos contra. Não adianta chegar à rua fazer o jogo e aqui fazer outro, apoiar o governo e todos os seus projetos. Se fosse contra o pedágio, não votaria os projetos da Casa a favor do governo. Fazer greve de fome, pois existem tantos artifícios. Mas, não elogia o governo, diz que é um governo democrático, republicano, e está aí.

São, hoje, minha amigas e meus amigos, para quem era contra o pedágio, pasmem todos vocês, são 13 praças de pedágio na Bahia. Coincidência ou não, são 13 praças de pedágio. O povo da Bahia não merece isso, até porque o povo da Bahia elegeu Lula dando a maioria dos votos, bem como elegeu o governador com 62% dos votos. Mas não tem nada não, 2012 está chegando, 2014 está chegando e vocês vão ter a oportunidade de dar o troco.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo.

(Não foi revisto pelo orador.)



0781-I

Ses. Esp. 06/05/11

Or. Zé Neto

Discussão de concessão do sistema da rodovia Ba 093, Ba 099 e dos trechos das Ba 512, 521, 524, 526 e 535.

O Sr. PRESIDENTE (Luizinho Sobral):- Quero registrar a presença do deputado Bira Corôa.

Concedo a palavra ao Líder do governo, deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, na pessoa do deputado Luizinho, quero saudar os homens da Mesa, e nas pessoas das deputadas Maria Luiza Laudano e Luiza Maia, quero saudar as mulheres presentes à Mesa e na plenária. É um prazer tê-los aqui.

Sou deputado do PT e Líder do governo. Tenho uma audiência com o nosso deputado Paulo Câmera, mas achei por bem, antes dessa audiência, vir aqui falar um pouco sobre tudo que eu ouvi. Primeiro, minhas senhoras e meus senhores aqui presentes, nós pudemos nos honrar em recebê-los numa audiência que tem o apoio de duas deputadas governistas. O que no nosso ponto de vista é um avanço muito grande, porque eu prefiro muito, mas muito mais, os reclamos da sociedade – “o povo unido jamais será vencido” – à mordaca que nos impuseram por 40 anos. (Palmas)

Brecht dizia com muita propriedade: “A memória é a maior arma contra os opressores”. É muito fácil chegar aqui agora e ver pessoas que no curso da história... Vi os deputados Geilson e Bruno fazerem todas as críticas como se a história fosse construída há alguns minutos ou dias atrás. Fico me lembrando de uma coisa que, na vida pública, é sempre muito coerente fazer. Nenhum de vocês vai dizer que nós não fomos contra os pedágios, porque nós fomos, lutamos, fomos às ruas, fizemos movimentos, demos a cara e oferecemos proposta. O que aconteceu com a Inglaterra quando criaram o Estado mínimo que se tinha que vender tudo? Quem botou a cara para não entregarem o Brasil todo de vez não foram os que estavam aqui fazendo o discurso fácil agora. Nós é que fomos para lá discutir pa5a não se vender estrada, banco, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobras, Vale do Rio Doce e por aí vai.



(Manifestações fora do microfone)

O Sr. ZÉ NETO:- Peço respeito. Durante todo o tempo eu ouvi. Peço ao presidente, inclusive, que se manifeste para que nós tenhamos nesta Casa sempre a condição de receber todo mundo. Ouvi pacientemente as falas que eram contrárias ao meu governo. Agora vim aqui fazer a fala do meu governo.

Quero dizer, com tranquilidade, que nós, que temos vida pública, quando acordamos pela manhã, gente, nem sempre temos a opção ter de um lado o céu de brigadeiro e do outro lado o inferno. Ao contrário, muitas vezes nos resta o céu de brigadeiro, o inferno ou a estrada tortuosa. Não há outra coisa. A gente muitas vezes escolhe a estrada tortuosa, porque é o que nos resta. Quando fomos vencidos na batalha dos pedágios – quero discordar de quem diz que o governo deveria ter entregue pronta, por exemplo, a BR324 –, acho que há problemas... Semana passada, o deputado Carlos Geilson me disse: “Vim da micareta, fiquei até 3 horas da manhã lá, voltei meio cochilando e não vi como estava a estrada, mas no retorno eu olhei, vi que um lado estava mais ou menos e o outro todo esburacado”. Fui para cima, liguei para a presidência, liguei para a CLN, fui para a rádio. No outro dias, eles fizeram um tapa-buracos que não convence a gente, mas pelo menos fizeram uma meia-boca e a estrada deu para ir respondendo. Mas eu acho que aí está certo, todo mundo tem que se reunir para fazer o questionamento e ir para cima de quem está gerenciando o pedágio.

É bom lembrar que sou contra a tese de que o governo prepara a estrada, bota bonitinha e entrega o pedágio, não. Sou a favor de que, se formos vencidos na lógica do DEM e do PSDB, que entregaram as estradas do Brasil, em todo o País, porque aqui quem falou foram os representantes daqueles que...

(Há uma manifestação fora do microfone.)

O Sr. ZÉ NETO:- Ouvi V.Ex^a, que representa aqueles que entregaram as estradas brasileiras aos pedágios. Quando chegamos ao governo da Bahia já encontramos os pedágios como política de governo, e a política de entrega dos pedágios da BR-324 foi montada oito anos antes. Isso quero esclarecer.

O próprio Lula, quando chegou à presidência do Brasil, já encontrou a lógica dos pedágios. Era política de Estado, e ia para o Congresso. É bom lembrar que as decisões não



são tomadas na Bahia, são tomadas no Congresso Federal. E essa política de Estado, se vocês disserem que não lutamos contra ela estão enganados, lutamos contra, sim.

Há o que se corrigir, o que se modelar, o que se alterar?

Quero lembrar a vocês o seguinte: quando alguém disse que era possível que o pedágio ficasse antes do Joanes, isso só não aconteceu porque o movimento o movimento social se manifestou e o governador recuou.

Ouvi aqui, agora, que por causa do movimento não instalaram a praça.

Quero dizer o seguinte: é muito tranquilo isso para mim, porque sou daqueles que, sendo governo, tenho também o orgulho de dizer que quando eu era Oposição não se mudava uma letra, mesmo que tivesse erro de português, num projeto nesta Casa.

E aqui, nesta Casa, o deputado Carlos Geilson, que há pouco falou, na semana passada foi o autor de uma emenda, num projeto de lei estratégico para o Estado, que criava a condição de um setor da mídia ter uma cadeira num dos conselhos que foi criado na Secretaria da Cultura. Essa emenda foi acatada porque neste governo essa atitude da sociedade para nós é muito bem-vinda. Sempre que for coerente e estiver dentro das possibilidades do nosso governador, tenho certeza que não teremos dificuldade alguma de nosso governo acatar ou mesmo fazer coro para que a sociedade seja atendida.

Não se trata de impor à sociedade situações inadmissíveis, mas se trata...

Quero louvar os deputados que aqui, neste momento, chamam este debate, especialmente os que estão na Mesa, como Luizinho, um deputado independente – que faz um belo trabalho aqui. Novo na Casa, recém-chegado, mas com muita maturidade, por ter sido vereador e ter compreendido as dimensões da causa pública –, e as nossas duas deputadas que tiveram a coragem de fazer o debate, sem se importarem com discursos fáceis.

Tenham certeza de que não falo aqui da boca para fora. Sabemos das dificuldades, que a estrada é tortuosa, que não há só céu de brigadeiro, mas a vinda de vocês a esta Casa hoje, podem ter certeza, é para que possamos subsidiar a nossa luta para que a estrada tortuosa seja muito melhor que o inferno, para que na estrada tortuosa possamos encontrar saídas e diálogos com a sociedade.

Era o que eu tinha a dizer. Que a luta sempre continue, e iremos sempre respeitá-la.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



0782-I

Ses. Esp. 06/05/11

Or. Ari Barbosa

Discussão de concessão do sistema da rodovia Ba 093, Ba 099 e dos trechos das Ba 512, 521, 524, 526 e 535.

O Sr. PRESIDENTE (Luizinho Sobral):- Concedo a palavra ao Sr. Ari Barbosa, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ARI BARBOSA:- Sr. Presidente, Luizinho Sobral, Srs. Deputados, bom dia a todos, bom dia a todo o pessoal da Bahia Norte, plateia, pessoal de Catu de Abrantes, de Vila de Abrantes, pessoal da orla de Camaçari, da sede de Camaçari, a todos os presentes a esta sessão histórica da Assembleia para discutir os pedágios na Bahia.

Como foi dito aqui, serei quase repetitivo, porque quase tudo foi dito. São 13 praças de pedágio, mas serão 14, porque a Via Expressa, que ficará sob a coordenação da Bahia Norte, terá uma praça de pedágio. Aí serão 14. Então o PT irá se livrar da 13ª e vai para a 14ª.

Quanto aos pedágios que foram colocados, a grande questão do nosso Movimento Diga não à Mudança do Pedágio é que esta discussão travada agora, uma discussão político-partidária, deveria ser tratada antes de o processo começar, e não agora com ele desfeito, pois na verdade já está feito, não tem alternativa. Qual o jeito correto?

As estradas foram construídas com o dinheiro do povo. O povo tem de saber disso. A Parafuso, a CIA-Aeroporto, a BR-324 foram construídas com o dinheiro do povo. Governo não faz dinheiro. Quem faz dinheiro é o povo, pessoal. O governo construiu essas estradas com o dinheiro do povo e as entregou às concessionárias - as estradas que o povo pagou - para cobrar do povo.

Qual o justo e correto? É que a BR-324 permaneça como está, mantida pelo governo, e a concessionária construa uma nova estrada paralela à BR-324. (Palmas!)

O que é justo? Se a Parafuso precisa de duplicação, ela continua como está, mantida pelo governo, e a Concessionária Bahia Norte faz uma duplicação da pista. Isso é o correto.



Não como aconteceu com a Estrada do Coco, pois há 11 anos - 11 anos, 11 anos! - se fez a concessão mas até hoje a duplicação não terminou. Não sei por que até hoje a secretaria - tem um representante dela aqui - não fez ser cobrada uma multa da Concessionária Litoral Norte. Esta nunca pagou 1 real de multa pelo atraso da obra.

A gente não tem de tratar de via alternativa, pessoal, mas sim que a estrada foi paga pelo povo. O povo pagou a estrada. O povo fez a estrada. Não foram os governos a, b, c, do PT, do PSDB, do DEM! Quem pagou as estradas de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Paraná foi o povo. Se o governo entregou, o fez erroneamente.

Ele pode conceder à Bahia Norte, à CLN, à Via Bahia o que quiser, mas para essas concessionárias construírem. O governo não pode usar as estradas que o povo pagou com impostos durante décadas (Palmas!) para serem entregues de mão beijada a concessionárias.

E não sabemos o que foi feito do dinheiro que a Bahia Norte, a CLN alegam ter pago ao governo. Ninguém sabe o destino. Isso deveria ser de domínio público. Os valores que alegam ter pago não são pouco. São vultosos. E dizer que a iniciativa privada está incomodada porque a Praça de Pedágio da Estrada do Coco ia mudar de lugar?! É lógico!

O representante do PT tem de lembrar que a iniciativa privada é emprego. E o representante do PT tem de lembrar que emprego é para trabalhador. Emprego não é para vagabundo. Então o trabalhador trabalha para o empresário, e este quer o direito de explorar o mercado, o qual demonstra que do jeito que está a cidade de Camaçari e a Região Metropolitana de Salvador é impossível transitar nessas cidades todas pagando 3.000 reais por ano!

Assim não consigo nem me concentrar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luizinho Sobral):- Para concluir.

O Sr. ARY BARBOSA:- Assim fica difícil. Nem consigo me concentrar. Os deputados tiveram o direito de falar por 20 minutos, e o povo não. Mas é assim mesmo. O povo só tem direito a pouco. Eu queria estar vestido com outra camisa. Não queria estar deste jeito. O povo aqui deve se manifestar porque a voz do povo é a voz de Deus. O povo irá falar por mim.

Muito obrigado. (Palmas!)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



0783-I

Ses. Esp. 06/05/11

Or. Marcus Cavalcanti

Discussão de concessão do sistema da rodovia Ba 093, Ba 099 e dos trechos das Ba 512, 521, 524, 526 e 535.

O Sr. PRESIDENTE (Luizinho Sobral):- Passarei a presidência para a deputada Luiza Maia.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Dando continuidade a nossa sessão, chamo agora para usar a tribuna o representante do governo, chefe de gabinete do secretário Otto Alencar, nosso vice-governador, Marcus Cavalcanti, da Seinfra.

O Sr. MARCUS CAVALCANTI:- Sr^a Presidente da sessão deputada Luiza Maia, deputado Luiz Sobral, deputada Maria Luiza Laudano, deputado Carlos Geilson, deputado Bruno Reis, deputado Zé Neto, deputado Bira Corôa, demais deputados presentes; Eduardo, diretor geral da Agerba, meu colega Luiz Edmundo, diretor da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, da qual fui aluno e tive a oportunidade de ser contemporâneo, meu amigo particular Maurício Bacelar, um dos lutadores desse movimento do pedágio aqui presente, inicialmente, eu gostaria de dizer o prazer de estar aqui na Assembleia Legislativa.

Eu tenho uma história familiar ligada a esta Casa. Às pessoas que não conhecem, eu fui diretor desta Casa, meu pai foi deputado desde 1958, foi presidente desta Casa, e eu nasci numa casa da convivência democrática. Quando nasci, meu pai já militava nesta Casa como deputado, meu pai já estava na vida política. Então, minha parte cultural, minha parte de formação democrática e da vida política foi criada num ambiente de discussão democrática, o qual respeito, admiro e agradeço a formação que me deu.

Segundo, agradecer a oportunidade de nós da Seinfra, representando aqui o secretário Otto Alencar, estarmos aqui discutindo o problema de pedágio na Bahia. Recebemos o convite para participar de uma discussão sobre o sistema BA-093. A deputada Luiza Maia intercedeu e ampliou a discussão para a BA-099. E aqui foram levantadas algumas questões sobre rodovias federais.



Inicialmente, não posso discutir as concessões federais, as quais conheço da mesma maneira que qualquer cidadão aqui as conhece das notícias que são divulgadas, de usuários da estrada etc. Mas ouvindo os reclamos, e isso o governo e o deputado Zé Neto sentiram, partimos para fazer o que devemos fazer: reclamar se o serviço não estiver bem-feito.

O governo do Estado, o secretário Otto Alencar, inclusive convocou a ANTT regional aqui, e a notícia que nos foi passada é que a ANTT estaria multando a concessionária Via Bahia, que é a detentora do sistema 324/116.

Então, se trata de uma forma de exercermos o nosso direito de cidadão, exercermos a nossa obrigação de governo, de gritarmos representando o Estado da Bahia perante o governo federal pelo serviço malfeito ou que não esteja a contento das obrigações contratuais.

Então, quanto ao sistema 324/116, essa seria a manifestação, o secretário Otto Alencar, por determinação do governador do Estado, reclamou em nome do Estado da Bahia sobre essas questões.

Vou tentar aqui falar um pouco, rapidamente responder algumas das questões que foram colocadas. Muitas dessas questão já respondemos em reuniões nos gabinetes que temos tido durante esse período que estamos na secretaria, com os diversos setores que representam os movimentos em relação ao pedágio: o movimento contra o pedágio, o deputado, lideranças comunitárias, lideranças políticas, empresários, como a Ademi, aqui está o Leiro presente, que já tivemos oportunidade de nos reunir para explicar isso.

Primeiro tem uma questão até filosófica que coloco um pouco sobre pedágio. Pedágio existe em rodovias concedidas ao setor privado ou rodovias administradas pelo setor público. Inclusive essa experiência iniciou-se no Brasil em São Paulo, que começou a cobrar pedágio nas rodovias estaduais; o governo federal no Rio Grande do Sul com a *Free Way*, e o exemplo mais conhecido de todos nós que é a ponte Rio/Niterói.

Em determinado momento, por falta de capacidade dos governos de investimentos, o governo procurou conceder esse serviço à iniciativa privada mediante uma licitação pública



em que essas empresas, por duas maneiras, ganhariam a licitação, ou quem pagasse o maior valor ao governo ou quem cobrasse o menor pedágio.

Vou esclarecer aqui uma dúvida: as licitações feitas no Estado da Bahia e a licitação do sistema BA-093, a empresa vencedora foi a que apresentou a menor proposta de pedágio. Não houve nenhum *del prêmio* pago ao setor público, não houver nenhum valor para isso. E o deságio apresentado, quer dizer, o valor que a empresa apresentou de desconto em relação ao preço máximo estimado pelo governo do Estado foi de mais de 30%. Então, esta é uma questão para esclarecer: o vencedor é a empresa que apresenta o menor pedágio a ser cobrado.

Existe sempre uma dúvida sobre questão de tributação. Pedágio não é um tributo, pedágio é uma tarifa de serviço contra prestação imediata de serviço. Então, não é um conceito de bitributação.

Outra questão que há...Ouvi aqui algumas propostas que os deputados estão colocando como a isenção do IPVA, etc. Essas são propostas que têm que ser discutidas pela Câmara. O deputado Bruno Reis – aproveito até para parabenizá-lo, pela primeira vez de público, pela eleição – levanta as questões de constitucionalidade, mas é um fórum que tem que ser discutido, lembrando-se que 50% das receitas de IPVA são receitas dos municípios. Então, seria uma contraprestação que envolve uma renúncia de municípios.

Essas são questões – tempo de passe, de passar – que devem ser discutidas. Eu queria tentar tirar alguma dúvida sobre isso. A primeira é até a polêmica que tem, até antecipando aqui, a questão de Catu de Abrantes. O decreto de desapropriação não envolvia, em nenhum momento, aquela região de Catu de Abrantes, que foi fruto, inclusive, de uma reportagem da televisão, mostrando que a igreja a ser derrubada... Nada disso, não envolvia em nenhum momento. O governo fez estudos, realizou estudos de alteração da praça de pedágio e se tornou economicamente, de engenharia, em forma de engenharia – porque não se tinha espaço – e socialmente inviável. Então, os três fatores – economicamente não valia a pena mudar, de engenharia, não se tinha condição de engenharia de se construir uma praça de pedágio ali entre Catu de Abrantes e a ponte sobre o Rio Joanes, e também o governo teve várias oportunidades de ouvir as comunidades em volta, inclusive, na sexta-feira passada,



tinha um representante nosso da Agerba numa sessão da Câmara Municipal de Camaçari, realizada em Catu de Abrantes, onde essa afirmação foi feita.

Então, são duas coisas: em nenhum momento extrapolaram a área da polygonal de estudo, em nenhum momento aquela área ali em volta da capela esteve envolvida nisso, e a localização da praça de Catu de Abrantes está plenamente descartada quanto a isso. Essa é uma questão que eu queria colocar aqui da BA-099.

Quando se fala em termo de ajuste de tarifa, o governo tem feito isso em relação à BA-099: a tarifa está defasada 42%. O governo não vai dar esse reajuste de tarifa e está negociando uma redução da tarifa da CLN. E essa redução, e esses estudos, assim que ficarem prontos terão que ser submetidos a uma audiência pública, à sociedade e a esta Casa. Então, estamos realizando esses estudos em relação ao sistema da BA-099/CLN com este objetivo além da redução real da tarifa, que hoje já está defasada, já está limitada ao valor atual sem o governo dar o reajuste, estamos trabalhando por uma redução do valor nominal da tarifa, quer dizer, o valor pago, o valor hoje, não seria mais o R\$ 4,60. Este é o objetivo de um trabalho técnico que o governo está fazendo, e assim que tiver concluído, teremos que ouvir a sociedade, através de audiência pública, ouvir esta Casa ou numa sessão especial ou nas comissões técnicas que esta Casa tem.

Essas são dúvidas que procuro esclarecer. Acho que alguns dos oradores anteriores devem ter falado alguma coisa sobre a 99. Perdoem-me se esqueci e se tiver nesse sentido...

Sobre o sistema BA-093, chama atenção aqui aquela dúvida sobre a praça de pedágio que está sendo construída na CIA/Aeroporto. Aquela praça de pedágio só terá pagamento unidirecional, quer dizer, quem pagar pedágio naquela praça não pagará na outra da Parafuso e vice-versa: quem pagar na Parafuso não pagará naquela praça. Então, acho que essa é uma dúvida... Acho que tem muita questão apesar de o governo do Estado, no processo de concessão da BA-99, que se iniciou ainda na gestão do secretário Batista Neves, na Secretaria, foi conduzido depois pelo secretário Leão, que lançou o edital de licitação, e concluída pelo secretário Wilson, chamo atenção aqui que o governador Jaques Wagner – politicamente, estou falando aqui como técnico, não como membro da equipe porque sou funcionário, sou servidor público concursado do Estado da Bahia, há 32 anos – teve a



coragem de enfrentar uma colocação de uma rodovia em pedágio num ano eleitoral. Isso foi feito antes da eleição.

Todos os processos estavam disponíveis. Pessoalmente, esperava que essa pauta fosse até mais discutida no processo eleitoral. E ele teve a coragem de enfrentar a concessão de uma rodovia. E isso é um ato sempre polêmico, haja vista o que os Srs. Parlamentares disseram aqui antes de mim, citando protestos, etc.

O governador foi claro, colocou a sua cara à disposição para críticas quando disse: “É uma decisão a partir de uma necessidade técnica do governo. Tenho respaldo político e estou fazendo isso durante o processo eleitoral”. Ou seja, não escondeu nada de ninguém. Reitero, esse edital foi lançado no início do ano eleitoral, a licitação foi feita antes da candidatura, tudo estava claro.

Foi apresentada aqui uma questão contra o mototáxi. A Concessionária Bahia Norte, por determinação da agência reguladora, a Agerba, em conjunto com a prefeitura, que fez um convênio e abriu mão de parte do ISS, isentando-o no pedágio cobrado do mototáxi ali na Via Parafuso... (Palmas) Tivemos uma dificuldade técnica no pedágio de Pitanga dos Palmares, porque não pode ficar na Ponte do Joanes, que é junto da barragem e tem problema ambiental, etc.

Foram feitas várias discussões envolvendo a Prefeitura de Simões Filho, e assim os moradores daquele povoado que possuem carro estão tendo isenção de praça de pedágio.

São essas algumas providências que podemos fazer tecnicamente neste momento. E devo dizer que estamos disponíveis para discutir o que ocorrer nesta sessão.

Existe também algumas dúvidas quanto ao critério de investimentos. Pois bem, coloco à disposição a Secretaria de Infraestrutura e a agência reguladora, que detém todos os dados, para que os Srs. Deputados, com a participação da comunidade, discutam os planos de negócios. É preciso deixar claro que são documentos públicos anexos aos editais de licitação, nos quais aparecem os investimentos, os fluxos de tráfego, as taxas internas de retorno, os impostos e todas as despesas dessas concessões. Enfim, estamos dispostos a qualquer discussão sobre isso.



Foi essa a orientação que recebemos do governador Wagner. E já inciamos um reestudo total do pedágio da CLN visando, com esses objetivos apontados pelo governador, a redução da tarifa. O da BA-093 é uma concessão recente, feito com a consultoria do Banco Mundial através do BNDES, muito bem conduzida no Estado da Bahia pela Secretaria da Fazenda. O Secretário Carlos Martins foi o coordenador desse processo de modelagem econômica e financeira da concessão.

Então o governo se coloca à disposição. Além de ser um prazer, temos a obrigação de discutir tecnicamente todos esses aspectos. Inclusive alguns aperfeiçoamentos que possamos adotar não somente nessa concessão, como também em aspectos da legislação estadual para eventuais concessões que possam acontecer. Devemos lembrar de que não há somente concessões de rodovias; temos também de discutir as concessões de terminais rodoviários e aeroportos. Esta Assembleia aprovou, na Legislatura passada, uma legislação sobre transporte rodoviário; esta Casa também aprovou, e o governador sancionou no dia 4 de janeiro, a nova lei do transporte hidroviário. Já estamos preparando a regulamentação dessa lei, e talvez sejam necessárias legislações complementares.

Colocamo-nos à disposição para qualquer discussão. Desculpem-me se deixei sem resposta algum questionamento, mas estamos disponíveis na Seinfra, como sempre estivemos, para prestar esclarecimentos não apenas aos deputados, mas também a todos os presentes. Diversos setores da comunidade já tiveram a oportunidade de estar lá conosco, quando deixamos à disposição deles todos os dados para consulta e críticas.

Agradeço a oportunidade. Espero que esta sessão sirva para dar início a um novo rumo nas discussões a respeito das concessões, principalmente as rodoviárias, que são o tema desta sessão. Mas considero que podemos ampliar esse tipo de debate. Estamos disponíveis a qualquer momento que nos procurem, tanto os Srs. Deputados como qualquer pessoa da comunidade. A determinação do secretário Otto é para que a Agerba faça isso.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



0784-I

Ses. Esp. 06/05/11

Or. Eduardo Pessôa

Discussão de concessão do sistema da rodovia Ba 093, Ba 099 e dos trechos das Ba 512, 521, 524, 526 e 535.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Com a palavra o Sr. Eduardo Pessôa, representando a Agerba.

Registro a presença de Carlos Leiro Silva Cerqueira, Associação Pestalozzi de Camaçari, Sinjetur, Fundação Péricles e Fernandes e Sintic, nosso querido companheiro Bira.

O Sr. EDUARDO PESSÔA:- Bom-dia a todos! Sr^a Presidenta, Srs. Deputados, toda a Mesa, nós do governo, através da Agerba, temos uma posição eminentemente técnica. Sabemos que estamos num encontro política, numa Casa política, mas a posição da Agerba é técnica. E gostaria de passar aqui, sei que é do conhecimento de todos, que nossa posição em relação ao pedágio, que é a discussão do momento, é que o pedágio foi realizado através da Secretaria de Infraestrutura, cabe à Agência Reguladora a fiscalização e regulamentação do serviço, e isso vem sendo feito da forma isenta. Temos serviço de ouvidoria, criou-se comissão específica para acompanhar a obra, nenhuma praça de pedágio sob a nossa concessão ficou sem visita técnica, excluindo a 324, que é uma rodovia federal, não cabe ao Estado da Bahia a fiscalização. Em todas essas praças, para que houvesse o início da operação, a Agerba, junto ao Derba e com a Seinfra realizou visitas técnicas e acompanhou todas as obras para que não houvesse nenhum descumprimento do contrato.

As dificuldades são grandes. Sabemos que ninguém, nenhum cidadão gosta de pagar por qualquer serviço, mas é uma realidade, foi um desenvolvimento do capital, é um desenvolvimento atual do mundo, há o pedágio em rodovias em razão da falta de verbas do governo.

O governo que hoje administra a Bahia já encontrou esse processo em andamento. Não nos coube introduzi-lo na Bahia nem no Brasil, mas estamos procurando aperfeiçoar, e neste momento aqui se inicia, e já se iniciou antes na Assembleia para que possamos levar adiante todas essas propostas, apesar do desconforto do deputado, mas esta é a realidade.



Estamos procurando aperfeiçoar um sistema para que ninguém saia prejudicado, nenhum cidadão saia prejudicado, e o governo possa devolver ao povo o que ele tem direito e merece: bons serviços, boas estradas. Esta é a função nossa, da Agencia Reguladora, que no dia a dia estamos na ponta do sistema recebendo as críticas, as reclamações e não temos nos recusado a receber e comparecer às diversas reuniões que estão sendo feitas e que estão sendo cobradas pela sociedade e nós cumprindo dever de um governo democrático de dar a resposta à sociedade dos problemas que se apresentam.

O pedágio, está claro que não está satisfazendo a toda a sociedade, por isso estamos aqui, hoje, e não querendo ser repetitivo, procurando achar soluções para minimizar o prejuízo de alguém, de algum cidadão. Mas tenha certeza de que este debate nos levará ao aperfeiçoamento do sistema como um todo, da concessão, e a Agerba está lá, através das suas ouvidoria e diretoria, com orientação do secretário de Infraestrutura para atender a todos. E espero que qualquer um de vocês, independentemente de qualquer situação, a qualquer momento, compareça à Agerba e demonstre a sua insatisfação para que possamos, com isso, atender à população.

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



0785-I

Ses. Esp. 06/05/11

Or. Maurício Bacelar

Discussão de concessão do sistema da rodovia Ba 093, Ba 099 e dos trechos das Ba 512, 521, 524, 526 e 535.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- O deputado Luizinho está pedindo para a gente abrir um precedente. E, atendendo a esse pedido dele, vou passar a palavra a uma pessoa que está fora da Mesa: é o Maurício Bacelar, que faz questão de falar.

Aqui na Assembleia Legislativa todas as sextas-feiras nós temos um problema, porque os funcionários só trabalham até o meio-dia por causa do transporte. Não tem alimentação, não tem restaurante funcionando, mas em função do pedido do deputado Luizinho nós estamos passando a palavra, antes do representante da Bahia Norte, pelo tempo de cinco minutos, ao companheiro Maurício Bacelar.

O Sr. MAURÍCIO BACELAR:- Deputada Luiza Maia, que preside esta sessão, na pessoa de quem eu cumprimento os membros da Mesa, Srs. Deputados, meus conterrâneos de Camaçari, minhas senhoras e meus senhores, hoje é um dia histórico em que passamos a verdade a limpo. Nele que registramos nos Anais da Assembleia a maneira aviltante como o governo do Estado trata a Região Metropolitana, em especial o município de Camaçari.

Seguindo os passos do governo Lula, que privatizou várias rodovias, o governo baiano também sitia Salvador e Camaçari, comprometendo o acesso aos demais municípios da RMS. Para surpresa da militância esquerdista, que sempre brigou contra as privatizações, como bem disse aqui o deputado Zé Neto, Lula no seu governo privatizou a BR-324, no trecho de Salvador a Feira de Santana, a BR-116, no trecho de Feira de Santana até a divisa com o Estado de Minas Gerais, e lá atrás, no ano de 2000, através de concessão, o governo baiano privatizou a BA-099, a nossa Linha Verde.

Agora, tendo Jaques Wagner como governador, o Estado privatiza as suas mais importantes e estratégicas rodovias. Entregaram à iniciativa privada o que eles chamam de Sistema BA-093: privatizaram esta própria BA, de Simões Filho a Pojuca, a CIA-Aeroporto,



a Canal de Tráfego. E - pasmem! - até a ligação do entroncamento de Camaçari com a área urbana da cidade também foi privatizada. São quase 125 km de estradas com 5 praças de pedágio! São 25 km para cada praça de pedágio!

Este modelo de privatização do PT é perverso, pois permite que as concessionárias, apenas com a execução de pequenos serviços, comecem a cobrar do povo para transitar numa estrada que foi implantada com recursos públicos, ou seja, a concessionária não vai tirar um tostão dela para investir nas estradas. Vão tirar dinheiro do nosso bolso, vão juntar o nosso dinheiro para depois fazerem as melhorias nas estradas!

É uma verdade absoluta que Camaçari é um vetor natural de crescimento da Região Metropolitana. Precisamos criar infraestrutura na nossa cidade para absorver este crescimento que se avizinha. Precisamos criar essa infraestrutura em Camaçari e não podemos deixar que aconteça em Camaçari o que aconteceu em Lauro de Freitas, que não cresceu, inchou e hoje vive um caos.

É óbvio que para estruturar Camaçari para esse futuro, são necessárias várias ações, entre elas, a requalificação das rodovias, mas não é justo que mais esse custo seja jogado nas costas do povo de Camaçari. O sistema BA 093 situa Camaçari, coloca Camaçari dentro de um cerco. Melhor seria construir um muro, igual ao Muro de Berlim, no entorno da nossa cidade.

Os empresários de ônibus irão colocar na tarifa o preço do pedágio, os comerciantes vão colocar nos seus produtos o preço do pedágio, como bem disse aqui a deputada Maria Luiza Laudano. Outra aberração do governo do Estado contra o povo é o decreto, deputado, só para concluir, 12.458, que tenta tirar o povo de Catu de Abrantes.

Agora, deputada Luiza Maia, o prefeito Luiz Caetano, se ele realmente é contra o pedágio, tem um instrumento em suas mãos para amenizar o sofrimento do povo de Camaçari, e quero aqui, através de senhora, sugerir que o prefeito Luiz Caetano isente o povo de Camaçari, do pagamento do ISS (palmas), medida que depende somente dele. Diga não ao pedágio. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



0786-I

Ses. Esp. 06/05/11

Or. Bira Coroa

Discussão de concessão do sistema da rodovia Ba 093, Ba 099 e dos trechos das Ba 512, 521, 524, 526 e 535.

A Sr^a PRESIDENTE (Luiza Maia):- Já estamos chegando ao final da nossa sessão. Deputado Bira Corôa, tinha pedido a palavra? Mantém solicitação? Então, deputado 5 minutos para o senhor, porque temos que ouvir ainda o representante da Bahia Norte.

Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Nobre Presidente deputada Luiza Maia, em seu nome, em nome da deputada Maria Luiza, quero saudar todos os integrantes da Mesa. Como o tempo é restrito, 5 minutos, quero saudar os dois movimentos aqui presentes, saudar os movimentos organizados sindicais de Camaçari, a saudação aos colegas dos sindicatos dos servidores públicos do nosso município, também sou servidor e, em especial, aos deputados aqui presentes.

Quero destacar algumas coisas que para mim sempre foram claras. Na luta contra o pedágio, sempre me posicionei e me posiciono contra as privatizações. Isso é muito claro e essa posição nunca foi sequer posta em dúvida. Sempre me posicionei. A prova disso é que há 11 anos, quase 12 anos, enfrentamos uma luta muito grande no município de Camaçari e queria reafirmar o quanto teria sido importante se, muitos dos que hoje reconhecem que a capacidade de organização e a participação da luta são estratégicas e necessárias, estivessem lá. Talvez, a Bahia não estivesse vivenciando, neste exato momento, nobre deputada Luiza Maia, novos pedágios ou a presença de novos pedágios com os mesmos erros e equívocos do primeiro modelo imposto neste Estado.

E digo isso porque é muito claro. Se o nobre companheiro, que aqui em antecedeu, Maurício Bacelar, tivesse tido a coragem de enfrentar o seu governo lá atrás, para ir para as praças e pedágios, para ir para as vias públicas, para fazer os protestos que muitos do que aqui estão fizeram, enfrentando cães, polícia montada, cacetadas e prisões, não teríamos a necessidade, neste exato momento, de estar rediscutindo a mesma temática.



Mas, quero registrar o quanto é importante o movimento social e reafirmar. Falei e vou repetir. Falei em uma audiência em Camaçari, puxada pela Câmara Municipal, na localidade de Catu de Abrantes, e quero reafirmar. Primeiro, parabenizar os dois movimentos, porque exatamente, é essa movimentação e capacidade de organização e de ação da sociedade que fazem com que os governos façam reflexões, para que os governos possam adequar os modelos e projetos para atender, de fato, aos interesses da sociedade. Digo, sim, posicionei-me desde o primeiro momento, e quero reafirmar o que foi dito aqui: o governador Jaques Wagner, diferentemente do governo passado, não buscou iludir a sociedade. A essa discussão vem sendo dada desde o ano passado antes do processo eleitoral, quero reafirmar. Diferente do governo anterior que botou uma nota em jornal, pedi ao meu gabinete que trouxesse aqui para apresentar à Mesa, até se tiver dúvidas, dizendo que Camaçari estaria isenta da ação do pedágio, das tarifas cobradas pela CLN. Isso publicado pelo governo passado e que não foi sequer cumprindo.

Aqui, o governador Jaques Wagner teve a coragem de fazer enfrentamento de vir para a discussão, para o debate, e essa é uma diferença. Agora, quero ressaltar que a linha de condução das concessionárias não é diferente. Posicionei-me desde do primeiro momento pela forma desrespeitosa que a Bahia Norte inciou as obras na via Parafuso e na 093.

Desrespeitosa, porque no primeiro momento sequer tinha uma placa de informação ou sinalização. Desrespeitosa, porque o processo de recuperação do pequeno serviço na pista causou muito mais transtornos do que poderia causar se tivesse o mínimo de organização e de orientação dos usuários. Isso estou dizendo porque já falei em outros momentos. Desrespeitoso no momento em que a condução se deu e aí levo também a responsabilidade do nosso governo, do processo de fiscalização e de acompanhamento. Foi assim que tivemos vários debates, duas audiências, inclusive, montadas com a Secretaria de infraestrutura do nosso Estado, através do secretário Wilson e, mais recente, com o secretário Otto Alencar, rediscutindo a estruturação desse programa.

Quero concluir, nobre presidente, reafirmando que não foi introduzida pelo governador Jaques Wagner, não foi introduzida pelo governo do PT, ele está aí desde de 2000, se eu não me engano, logo depois da implantação da praça da CLN, foi publicada o



novo sistema de pedágio na região Metropolitana do Salvador pelo governo anterior. Quero encerrar dizendo que diferente do que fez o governo passado, que no apagar das luzes, nobres deputados, do seu governo, quando estava se encerrando, liberou concessão. Liberou uma concessão de aumento para CLN, aprovado nesta Casa, e permitiu um reajuste no contrato da CLN para, simplesmente, extinguir a CLN das responsabilidades do não cumprimento do contrato anterior, inclusive com os prazos.

Então, essa é uma discussão que precisamos colocar aqui com muita clareza. Quero reafirmar a minha posição contra a ação de pedágio – e é por isso que nesta Casa tramitam dois projetos lei, um que versa sobre a isenção de todos os usuários que estão nas localidades das praças de pedágio, e aí aos municípios que estão sendo afetados diretamente. Está aí o projeto. Aqui quero aproveitar para convidar os deputados para incorporar essa luta na aprovação desse projeto num modelo de reestruturar as possibilidades de utilização do sistema pedagiado no Estado; e o outro, que é muito claro, é a garantia das vias alternativas.

A Sr^a PRESIDENTE (Luiza Maia):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Quero encerrar dizendo que o posicionamento não alterou. Agora, a diferença é que como deputado da Base governista, deputado do PT, tenho a coragem de vir aqui e defender os interesses da sociedade a qual sempre me pautei. Diferente daqueles que, nos processos anteriores, se escondiam da sociedade, porque não tinha disposição para fazer o enfrentamento aos seus governos.

(Não foi revisto pelo orador.)



0787-I

Ses. Esp. 06/05/11

Or. Francisco Mendes

Discussão de concessão do sistema da rodovia Ba 093, Ba 099 e dos trechos das Ba 512, 521, 524, 526 e 535.

A Sr^a PRESIDENTE (Luiza Maia):- Quero passar a palavra ao Sr. Francisco Mendes representante da Bahia Norte.

O Sr. FRANCISCO MENDES:- Bom dia, senhores e senhoras da Mesa. Bom-dia a todos. Obrigado por esse convite.

Gostaria de falar um pouco sobre a questão de concessões, o que é uma concessão. No caso, estamos falando da concessão de rodovias.

No mundo inteiro, isso pode ser comprovado, eu afirmo aos senhores, há pelo menos 100 países que adotam o modelo de concessão de rodovias. No Brasil, existe em muitos Estados e há muitas concessionárias de rodovias.

Por que é que isso acontece no mundo e no Brasil? Os países, os estados, os governantes, perceberam, entenderam, que é muito caro a um país conseguir desenvolver, fornecer infra-estrutura: água, energia, rodovia, ferrovias, rodovias, os acessos.

Então vamos falar de rodovias. É muito caro fornecer rodovias para o crescimento e manter essas rodovias num nível, num padrão, em que as pessoas fluam com segurança, em que os tempos de trajeto sejam menores, os bens materiais possam andar livremente entre os portos, aeroportos, as cidades, os municípios. Isso é muito caro manter. Então todos perceberam isso. E a Bahia agora está entrando num processo quase de copiar, colar, de todo o mundo, de vários Estados brasileiros.

(Uma pessoa se manifesta das Galerias Paulo Jackson.)

O Sr. FRANCISCO MENDES:- Vou falar de via alternativa também para os senhores.

Quando se fala de país, ah, então porque a questão - eu sou apartidário, não estou aqui representando nenhum partido. Não é uma questão de ser capitalista, porque existem países capitalistas que adotaram a concessão. Existem países socialistas que adotaram a



concessão. Os países que competem com o Brasil em termos de desenvolvimento que são os chamados BRICS – Brasil, Rússia, Índia e China- todos adotaram; Argentina; países ricos, Estados Unidos, Dinamarca; países pobres como a Índia, Bangladesh, adotaram. Então ou estão todos errados, ou existe alguma coisa que eles entenderam que é para o crescimento, para o desenvolvimento.

Então quando você traz isso para...

(Alguém se manifesta fora do microfone: Mas com via alternativa. Os países desenvolvidos todos têm via alternativa.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Por favor, vamos respeitar o orador na tribuna, representante da Bahia Norte.

O Sr. FERNANDO MENDES:- Vou falar sobre via alternativa também.

Então existem diversos modelos de concessão em que o adotado no Brasil não contempla a existência de vias alternativas construídas pela concessionária.

Quando você tem uma via municipal antes daquela que está sendo concedida, o que é que acontece? Vamos separar o conceito de via alternativa e o conceito de um *bypass* no pedágio. Se você tem uma rodovia estadual como havia hoje aqui e liga 2 municípios, para quê via alternativa? Todos usam a via estadual. Se existe a municipal, ela está lá, não tem problema nenhum.

O que está se falando aqui erroneamente de via alternativa é o uso da rodovia pedagiada até o pedágio e, depois, *bypass* pedágio, continua na via pedagiada. Isso não é via alternativa. O sistema de concessão não resiste a isso, não tem como, ele não se paga.

No caso da concessão da Bahia Norte, o preço que foi ganho, os R\$2,60, vai haver um investimento total na concessão de 1 bilhão e 700 milhões de reais nos 25 anos, dinheiro esse que o governo entende que ele não tem como desviar de outras fontes para lá, daí a concessão desse trecho.

A única fonte de receita de uma concessionária é o pedágio. Se pedágio vai existir, como adequar, adaptar, isso o governo tem condições de fazer. O governo é que fala onde as praças serão, o governo fala quantas praças serão, onde será cobrado, o valor. Então, no edital de concessão constava isso: nove empresas participaram e o Consórcio da Empresa



Bahia Norte ofertou o menor preço com desconto de 31%. Então, esse é o menor valor. O governo já entendia como valor justo maior um pouco. Quando se fala, por que na via Bahia é R\$ 1,60, por que aí é R\$ 2,60?

A Via Bahia é R\$ 1,60, mas ela tem também R\$ 2,80 do trecho da BR 116. Então, por que não comparar R\$ 2,80 com R\$ 2,60? Não são comparáveis. Lá, tem uma questão de investimento. Vou fazer a figura de uma balança, você tem de um lado todas as obrigações da concessionária: os investimentos, os custos para a manutenção da rodovia, manutenção das pontes e viadutos. Do outro lado, você tem a operação da rodovia durante 25 anos com socorro médico – o deputado que falou que saiu a questão do pessoal dos anjos do asfalto – nós agora temos ambulância, temos 4 ambulâncias UTIs. E do outro lado tem a receita da concessão, que é somente a questão da arrecadação do pedágio. Se isso é maior de um jeito, aumenta a questão do pedágio. Quanto mais carros passam, não sei qual é o tráfego na Via Bahia, se passam mais carros lá, se passam mais caminhões lá, ele pode investir mais ou investir menos, pode abaixar preço ou elevar o preço.

Todo esse comparativo tem que ser feito, se é decisão manter a concessão. A questão de ser contra a concessão, é uma questão estratégica, política, estou falando que todos os governos em geral estão adotando isso. Vocês têm que conversar assim: que benefícios eu posso ter com isso? Porque ser simplesmente contra tem que ter outra solução. E a solução que está se adotando hoje no mundo é das concessões. Então, quando se tem exemplos desses que são de negociação do pessoal de governo, sugestão de deputados, da deputada Luiza Maia, há que se conversar. São possibilidades, são. Agora, a não existência ou aquela via alternativa que vocês estão falando, *by pass* nós não temos como, aí não é concessão.

Com relação às benfeitorias, primeiro nós não recebemos a rodovia de mão beijada, as rodovias não são das concessionárias, continuam sendo do Estado. E nós somos concessionárias da manutenção, conservação e ampliação. Por que não se faz a duplicação de tudo até Pojuca, por que não faz a duplicação antes de arrecadar? Poderia ser estabelecido pelo governo? Poderia. Só que ao invés da tarifa de R\$ 2,60, seria uma tarifa muito maior



porque era dinheiro jogado mais cedo no tempo, encarece a tarifa. Por isso que essa questão dos 6 meses e depois os investimentos em 4 ou 5 anos é adotado também no Brasil inteiro.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)



0788-I

Ses. Esp. 06/05/11

Or. Fábio Pereira

Discussão de concessão do sistema da rodovia Ba 093, Ba 099 e dos trechos das Ba 512, 521, 524, 526 e 535.

A Sr^a PRESIDENTE (Luiza Maia):- Obrigada. Nós temos ainda um representante do Movimento Pedágio Livre, porque só falou o pessoal do movimento Diga Não. Vamos passar a palavra e qualquer outra necessidade nós comunicaremos.

Vamos ouvir, rapidamente, aqui, o representante do Movimento Pedágio Livre, o companheiro Fábio. Por favor, o debate está importante, essa reunião vai ser sistematizada e nós vamos registrar o que já conquistamos e a continuidade da nossa luta.

O Sr. FÁBIO PEREIRA:- Bom dia a todos, aos espectadores das galerias, telespectadores da *TV Assembleia*, membros aqui que assistem a esta sessão no Plenário, a toda a Mesa na pessoa da deputada Luiza Maia, que preside esta sessão, estendo os cumprimentos a todos os membros.

Quero dizer aqui que também vamos expressar o pensamento do fórum popular contra o pedágio, que cedeu esse espaço aqui, ao Movimento do Pedágio Livre, e também na qualidade de presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores

Nestes 5 minutos, quero ser bem sintético, porque é o que me cabe aqui, e dizer que em Camaçari ninguém mais do que nós, que militamos na vida política de esquerda, somos do movimento social e do Partido dos Trabalhadores, conhecemos a dificuldade de fazer um enfrentamento ao “pedagiamento” que foi inaugurado e teve o seu estágio embrionário com a BA-099 do governo do DEM lá na Estrada do Coco.

Isso precisa ficar registrado, e também corroborando um pouco o que disse o deputado Bira Corôa, que também é membro do nosso Diretório Municipal do PT e membro dos movimentos que a gente citou aqui, demos a cara para apanhar, naquele momento, dizendo não à construção daquela praça de pedágio da CLN, e da mesma forma como aconteceu agora o pedágio veio, e por isso não paramos a luta, tanto lá atrás quanto agora, neste momento, quando mesmo o nosso governo, o Partido dos Trabalhadores, o



companheiro Jaques Wagner, que aliás é membro do nosso Diretório Municipal do PT em Camaçari, nós, da mesma forma como fizemos anteriormente, mantivemos o nosso posicionamento contra o pedágio e continuamos na luta mesmo com a construção das praças do pedágio apresentando propostas alternativas, já que fomos vencidos na primeira batalha, que foi a não-construção das praças, e estamos apresentando propostas e também conclamando esta Casa a ser solidária na proposta da deputada Luiza Maia e aprovar o que for possível aprovar, dentro do regimento, da lei baiana e da Constituição federal para que tenhamos a redução dos impactos no contribuinte baiano com relação ao “pedagiamento” e especialmente ao povo de Camaçari, que já é traumatizado com essa questão do pedágio.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, demonstramos o nosso posicionamento publicamente através de nota política, convocamos os nossos militantes conjuntamente com o movimento pedágio livre e o fórum popular contra o pedágio.

Construímos duas grandes paralisações na BA-093, na Parafuso, que a Bahia toda teve conhecimento, sem medo de pôr a cara para baterem e sem fazer jogo de cena, porque se falou aqui em contradição, e acho muito engraçado falar em contradição. Já disse aqui que lá atrás fomos contra, fomos vencidos na construção, agora fomos contra e fomos vencidos na construção, mas mantivemos o nosso posicionamento político.

Quero saber aqui quem gostaria de fazer jogo de cena acordando 4 da manhã para mobilizar centenas de pessoas e ficar na estrada dialogando com a polícia, e aí quero falar em contradição e coerência e quero falar em massacre ao povo que quando fazíamos as mobilizações, e eu estava lá e não falo por um acaso, porque sou camaçariense, sou militante político desde a juventude, e quando coordenava a juventude do Partido dos Trabalhadores em Camaçari, toda essa turma do Movimento Pedágio Livre, boa parte do qual incorpora o Fórum Popular contra o Pedágio, estava nas ruas fazendo um enfrentamento. Ali, sim, há uma polícia que foi privatizada, porque era colocada tropa de choque para fazer enfrentamento às manifestações do povo de Camaçari e dos militantes do Movimento Pedágio Livre naquele momento, coisa que não aconteceu agora.

É bom deixar claras as reais diferenças e como se conduz filosoficamente o governo. Discordamos do posicionamento do nosso governador no momento inicial, fomos



para as ruas demonstrar essa posição, mas tivemos na Polícia Militar do Estado da Bahia outra postura, porque conhecemos como a Polícia Militar enfrentava as manifestações populares do povo de Camaçari.

Então, estamos muito tranquilos em ser coerentes e questionar a incoerência daqueles que hoje se preocupam muito com o povo de Camaçari. Não os vi em nenhuma manifestação, nem lá atrás, nem agora, outro posicionamento incoerente. Aqui existem figuras manifestantes de dois posicionamentos políticos diferentes, precisa ficar muito claro aqui, nós ouvimos atentamente todas as críticas que foram feitas às decisões do PT, do governo Jaques Wagner, tranquilamente, e agora quando sobe alguém aqui para defender o posicionamento do governo ou quando é do PT, a classe se manifesta, está aí a clareza do DNA, a diferença do DNA, quando se fala alguma coisa contraditória, a classe com aquele DNA se manifesta contra.

Mas eu quero deixar aqui, porque só tenho 5 minutos, a minha satisfação em saber que não vai haver agora uma posição muito clara e aqueles que fizeram palanque alimentando o terrorismo contra o povo de Catu de Abrantes, porque quem quis se apropriar de uma informação equivocada para mobilizar o povo de Catu. Quero dizer ao povo de Catu de Abrantes que estou muito feliz porque aquela praça não será mais transferida.

Meu companheiro Railson, você que é um lutador...

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Por favor, Railson, deixe de raiva, Catu não será desapropriada.

Railson, por favor, temos segurança na Casa! Estou pedindo que se comporte. Nós ouvimos todos os ataques. Comporte-se como cidadão.

Ouvimos todos os gritos de Bruno Reis, todas as críticas de Carlos Geilson e de quem estava falando. Então, acalme-se. Democracia é assim, meu filho, tem que falar e deixar falar.

Com a palavra o companheiro que representa os dois fóruns.

O Sr. FÁBIO PEREIRA:- Ao meu companheiro Railson, que tanto tem lutado pelo povo de Catu de Abrantes, quero dizer que estou muito feliz porque essa luta foi vitoriosa. Se havia a intenção, ela foi revista; se não havia, agora a verdade foi restabelecida.



A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Por favor.

O Sr. FÁBIO PEREIRA:- Estou muito feliz. Não faço política alimentando terrorismo. Sempre acreditei na luta e fomos solidários à luta do povo de Abrantes, mesmo havendo divisão do movimento em um dado momento.

Mas, com certeza, nós, do Partido dos Trabalhadores, do Fórum Popular Contra o Pedágio e do Movimento Pedágio Livre, estamos muito satisfeitos com essa decisão.

Portanto, quero parabenizar a Casa por fazer esta sessão especial que restabeleceu a verdade. Quero dizer que o PT continua na luta, solidário ao posicionamento da deputada Luiza Maia. Nós, de Camaçari, temos muito interesse em que essa luta seja vitoriosa.

Quero dizer, deputada Maria Luiza, que também estou preocupado com a situação de Pojuca, porque, embora seja camaçariense, minha mãe é de Pojuca e tenho vários familiares lá, nos bairros da STAR e Los Angeles. Há vereadores, autoridades e a prefeita de Pojuca aqui presentes. Sou solidário também ao povo de Pojuca, por ser a terra de minha mãe.

Um grande abraço, agradeço e vamos à luta.

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 06/05/11

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Pois é, companheiros, quero agradecer a presença de todos. Infelizmente, o nosso Regimento Interno não permite continuarmos a sessão.

Quero dizer que o resultado desta sessão, na minha avaliação, foi muito boa. Catu de Abrantes, mesmo contra o governador e o PT, não será desapropriada. Vocês podem ficar tranquilos e calmos porque estamos apoiando sua luta.

Quero dizer também que o resultado dessa reunião é uma demonstração de que estamos ganhando essa batalha. Vamos, cada dia mais, continuar fazendo o diálogo, o debate, porque tenho certeza de que chegaremos a um consenso, e que saiam todos satisfeitos.

Quero agradecer ao companheiro Mauro, representando o Polo Petroquímico e o Cofic; a todas as autoridades representantes da Bahia Norte; ao governo do Estado, na pessoa do nosso competente e elegante Marcus; ao pessoal do Movimento Diga Não ao Pedágio, Movimento Pedágio Livre e do Fórum Contra o Pedágio; a todos os representantes da Agerba, da Bahia Norte e do Movimento Social.

Valeu! É assim que a democracia existe. É diferente, é um governo republicano. E nós vamos vencer essa batalha, chegar a um acordo e viver em paz na nossa Bahia.

Um grande abraço a todos e até a próxima.